

PEDRO A. BATISTA MARTINS

**ARBITRAGEM NO
DIREITO SOCIETÁRIO**



**Rio de Janeiro
2019**

1ª edição – 2019

© Copyright
Pedro A. Batista MartinsPresidente do Conselho Editorial
Nelson Nery CostaDiagramação
Olga MartinsCIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M345a

Martins, Pedro A. Batista
Arbitragem no direito societário / Pedro A. Batista Martins. - 1. ed. - Rio de Janeiro:
LMJ Mundo Jurídico, 2018.
202 p.; 24 cm.Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-9524-054-4

1. Direito empresarial. 2. Sociedades comerciais. 3. Arbitragem comercial. I. Título.

18-53295

CDU: 347.7

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORAcontato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.brAv. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511Impresso no Brasil
Printed in Brazil

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PREFÁCIO	V
NOTA DO AUTOR	IX
NOTAS INTRODUTÓRIAS	XI
Introdução	
ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRUTURA DO TRABALHO	1
Capítulo 1	
ARBITRAGEM COMO PARADIGMA DE JUSTIÇA PARA OS GRUPOS SOCIAIS: UMA VISÃO FILOSÓFICA	7
1. Inexiste Monopólio Judiciário	7
2. Liberdade: espinha dorsal da arbitragem.	12
3. Arbitragem: breve histórico; meio viabilizador da Justiça.	13
4. A Indesejável Intervenção Estatal	16
Capítulo 2	
PREVALÊNCIA DA MAIORIA COMO PRINCÍPIO SOCIAL INARREDÁVEL	19
Capítulo 3	
AS DISTINTAS CORRENTES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS NÃO AFETAM A EFICIÊNCIA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	29
Capítulo 4	
ARBITRABILIDADE SUBJETIVA. A INSERÇÃO, POR MAIORIA DE VOTOS, DE CLÁUSULA DE ARBITRAGEM NOS ESTATUTOS DE SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA E A IMPOSIÇÃO DE SEUS EFEITOS A TODOS OS ACIONISTAS.....	45
1. Introdução	45
2. Breve Histórico das Sociedades Anônimas	46
3. A Limitação de Responsabilidade	48
4. O Princípio Majoritário	50
5. As Limitações ao Poder de Controle	63
6. A Arbitragem não Afronta os Ditames Aplicáveis às Sociedades Anônimas	70
6.1. O Ramo Societário e o Princípio Deliberativo que Norteia	70

6.2. <i>Há Sujeição e não Renúncia a Direito</i>	75
6.3. <i>Não há Vício na Introdução, por Maioria, de Cláusula Compromissória Estatutária</i>	76
7. Arbitragem como Meio Eficaz de Governança Corporativa	82
8. O Estatuto Social como Contrato de Adesão. Argumento Impertinente	89
9. A Natureza e a Força Jurídica da Manifestação de Vontade em Assembleia Geral de Alteração Estatutária	94
10. A Vinculação de Diretores Estatutários, Conselheiros de Administração e Fiscal aos Efeitos da Cláusula Compromissória constante de Estatuto Social	99
11. A Cessão de Ações e a Eficácia Continuativa da Cláusula Arbitral Estatutária	109
12. Vinculação dos Novos Acionistas à Convenção Arbitral Estatutária nas Operações de Incorporação, Fusão e Cisão	118
13. Observação quanto à Arbitrabilidade Subjetiva de Disputas Oriundas das Deliberações que Aprovam a Incorporação, a Fusão ou a Cisão	121
14. Transformação de Tipo Societário e Vinculação Subjetiva à Arbitragem	126
Capítulo 5	
ARBITRAGEM E EMPRESAS SOB CONTROLE ESTATAL	127
Capítulo 6	
ARBITRABILIDADE OBJETIVA. ENFOQUE RELATIVO A CERTAS QUESTÕES SOCIETÁRIAS E SUA SUBMISSÃO À ARBITRAGEM	137
1. Nota Introdutória	137
2. Indisponibilidade e Ordem Pública. Normas Imperativas	138
3. A Arbitrabilidade dos Conflitos de Natureza Negocial	146
4. A Disponibilidade dos Direitos Políticos	152
5. A Arbitrabilidade dos Conflitos Relativos à Constituição da Sociedade	157
6. A Arbitrabilidade das Questões Objeto de Impugnações de Deliberações Assembleares	163
6.1. <i>A Decisão Arbitral Vincula Todos os Acionistas</i>	169
6.2. <i>Caso em que a Deliberação Assemblear Questionada Atinge Direitos de Terceiros...</i>	170
7. Arbitragem e a Ação de Responsabilidade contra Administradores	176
8. Arbitrabilidade das Questões que Envolvem o Direito De Recesso	178
9. Arbitrabilidade das Demandas Objeto de Dissolução da Sociedade	179
BIBLIOGRAFIA	185